

CURRICULUM
de
JOSÉ MANUEL LEBRE DE FREITAS

Licenciado em Direito em 1962, fez o mestrado em 1982 e doutorou-se em 1991 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). Fez a agregação na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (FDUNL) em 2002.

Lecionou a partir de 1975, primeiro na FDL e desde 2001 na FDUNL, assim como em algumas universidades privadas. Foi assistente e professor auxiliar na FDL e professor catedrático na FDUNL. Jubilou-se em 2009, continuando a lecionar cursos de doutoramento.

Lecionou, nos cursos de licenciatura e de mestrado, todas as cadeiras de Direito Processual Civil, bem como Introdução ao estudo do Direito, Teoria Geral do Direito, Direito das Obrigações e Direito da Família.

É advogado desde 1964, tendo atualmente escritório na Rua Júlio de Andrade, 2, em Lisboa.

Tem 117 artigos publicados sobre matéria civil e de processo civil, bem como as seguintes obras (últimas edições):

- **Código de Processo Civil anotado**, 3º vol., Coimbra, Coimbra Editora, 2003 (com Ribeiro Mendes);
- **O processo civil na Constituição** (com Cristina Máximo), Coimbra, Coimbra Editora, 2008;
- **Código de Processo Civil anotado** (2ª edição), Coimbra, Coimbra Editora, 2008, vol. II;
- **Código de Processo Civil anotado** (2ª edição), Coimbra, Coimbra Editora, 2008, vol. III, tomo I (com Armindo Ribeiro Mendes);

- **Estudos sobre direito civil e processo civil** (2ª edição, em dois volumes), Coimbra, Coimbra Editora, 2009;
- **A falsidade no direito probatório** (2ª edição), Almedina, 2013;
- **A confissão no direito probatório** (2ª edição), Coimbra Editora, 2013;
- **A ação declarativa comum** (3ª edição), Coimbra Editora, 2013;
- **Introdução ao processo civil** (3ª edição), Coimbra Editora, 2013;
- **A ação executiva** (6ª edição), Coimbra Editora, 2014;
- **Código de Processo Civil anotado** (3ª edição), Coimbra Editora, 2014.

Foi eleito pela Assembleia da República, em junho de 1989, em setembro de 1997 e de novo em dezembro de 1999, para o Conselho Superior da Magistratura, órgão de que deixou em 2003 de fazer parte.

Foi eleito como vogal do Conselho Superior da Ordem dos Advogados para o triénio 2005-2007.

Foi designado como vogal do Conselho de Ética para as Ciências da Vida da Assembleia da República para o quinquénio 2009-2014.

Tem participado em congressos, colóquios e simpósios na área das ciências jurídicas, em Portugal e no estrangeiro (sobretudo Alemanha, Itália, França e Brasil), e neles tem feito comunicações, com maior incidência no domínio do processo civil, da insolvência e da arbitragem.

Elaborou e colaborou na elaboração de estudos visando as sucessivas reformas do Código do Processo Civil.

Representou o Governo Português numa comissão do Conselho da Europa, sobre o valor probatório de novos tipos de documentos entre os anos de 1977 e 1981.

Fez parte, em 1997, duma comissão restrita de processualistas europeus encarregada pela Comissão da União Europeia de elaborar um projeto de revisão do sistema de *exequatur* regulado na Convenção de Bruxelas.

Foi ouvido, como perito português, sobre o anteprojeto Hazard-Taruffo para o processo dos litígios comerciais.

Fez parte em 2007, como perito processualista, duma comissão do Conselho Económico e Social da União Europeia encarregada de se pronunciar sobre uma regulamentação europeia da penhora de depósitos bancários.

Tem colaborado, como relator nacional, na edição de obras sobre o direito processual dos países europeus, tendo sido relator geral numa delas, dedicada à prova.

Tem exercido advocacia em tribunais europeus.

Tem desempenhado a função de árbitro, quer como vogal (6 arbitragens), quer como presidente (5 arbitragens), quer como árbitro único (2 arbitragens). Interveio como advogado em 3 arbitragens e como perito jurisconsulto em outras 2. Destaca, entre os referidos artigos que subscreveu, os seguintes sobre matéria de arbitragem, alguns resultantes de conferências em que participou:

- **Algumas implicações da natureza da convenção de arbitragem**, Estudos em homenagem à Professora Doutora Isabel Magalhães Collaço, Coimbra, Almedina, 2002;
- **Alcance da determinação pelo tribunal judicial do objeto do litígio a submeter à arbitragem**, O Direito, 2006, I;
- **Competência do tribunal de execução para a liquidação da obrigação no caso de sentença genérica arbitral**, ROA, 2006, I;
- **O caso julgado na arbitragem internacional que tem lugar em território português**, Homenagem da Faculdade de Direito de Lisboa ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, Almedina, 2007, e Revista de Processo, São Paulo, 159 (maio de 2008);

- **Intervenção de terceiros em processo arbitral**, Terceiro Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, Coimbra, Almedina, 2010, e Revista de Processo, São Paulo, 209 (2012);
- **O princípio do contraditório na nomeação de árbitro pelo presidente do tribunal da relação**, Themis, 18 (2010), e Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação, 4 (2011).

É membro das seguintes associações e institutos internacionais:

- DLJV – Deutsch-Lusitanische Juristenvereinigung
- AIDP – Associação Internacional de Direito Processual
- IIADP – Instituto Ibero-Americano de Direito Processual
- ELI – European Law Institut
- AIGLI – Associazione di Giuristi di Lingua Italiana
- IDCLB – Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro

É membro da associação Concórdia, em que desempenha a função de presidente do Conselho Superior.

Línguas de trabalho: português, francês, inglês, italiano, alemão.